

## “Trazer a economia de volta”: reflexões sobre a ideia de movimentos subalternos latino-americanos

**Gustavo Moura de Oliveira**

Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, México

Email: comanchi@hotmail.com

**Recibido:** 28.10.2021 | **Aceptado:** 13.04.2022

**Resumo:** Não se trata de um debate exatamente novo aquele que reflete sobre a insuficiência das teorias europeias e estadunidenses sobre os movimentos sociais. Da década de 1960 em diante, tais teorias secundarizaram a dimensão econômica da vida em suas formulações e análises. Neste contexto, se o objetivo da análise é compreender a realidade das experiências de movimentos sociais na América Latina, torna-se indispensável a consideração da dimensão econômica como uma das que importam e que não podem ser esquecidas. Por que as questões econômicas “sumiram” das discussões sobre transformação social e movimentos sociais a partir da década de 1960? Por que é necessário “trazer a economia de volta” para as discussões sobre movimentos sociais em contexto latino-americano? Em um esforço de abordagem qualitativa, apoiado por pesquisa bibliográfica e em um estudo de casos comparados, meu objetivo neste texto foi o de explorar e defender os seguintes argumentos: a condição subalterna latino-americana impede que avancem de forma rigorosa as análises dos movimentos sociais da região sem a consideração da dimensão econômica; e, uma vez considerada tal dimensão na análise, todo um vasto campo de experiências práticas se inscrevem como experiências de movimentos subalternos latino-americanos.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; América Latina; condição subalterna; ação coletiva; economia política.

## “Traer la economía vuelta”: reflexiones sobre la idea de movimientos subalternos latinoamericanos

**Resumen:** No se trata de un debate exactamente nuevo de aquel que reflexiona sobre la insuficiencia de las teorías europeas y estadounidenses sobre los movimientos sociales. A partir de la década de 1960, estas teorías dejaron que la dimensión económica de la vida terminase secundaria en sus formulaciones y análisis. En este contexto, si el objetivo del análisis es comprender la realidad de las experiencias de los movimientos sociales en América Latina, es fundamental considerar la dimensión económica como una de las que importan y no se pueden olvidar. ¿Por qué las cuestiones económicas “desaparecieron” de las discusiones sobre transformación social y los movimientos sociales desde la década de 1960? ¿Por qué es necesario “regresar a la economía” en las discusiones sobre los movimientos sociales en el contexto latinoamericano? En un esfuerzo de carácter cualitativo, apoyado en investigación bibliográfica y en un estudio de casos comparativos, mi objetivo en este

texto fue el de explorar y defender los siguientes argumentos: la condición subalterna latinoamericana impide que avancen con rigor los análisis de los movimientos sociales de la región sin considerar la dimensión económica; y, una vez considerada dicha dimensión en el análisis, se inscribe todo un vasto campo de experiencias prácticas como experiencias de movimientos subalternos latinoamericanos.

**Palabras clave:** Movimientos sociales; América Latina; condición subalterna; acción colectiva; economía política.

## **“Retaking economy”: reflections on the idea of Latin American subaltern movements**

**Abstract:** It is not exactly a new debate the one that reflects on the inadequacy of European and American theories of social movements. At the beginning of the 60's, these theories allowed the economic dimension of life to be pushed into the background in their formulations and analysis. In this context, if the aim of the analysis is to understand the reality behind social movements in Latin America, it is then essential to reckon the economic dimension as one that truly matters, thus cannot be excluded. Why have economic matters “disappeared” from the discussions of social transformation, and the social movements, since the 60's? Why is it necessary to “retake economy” in discussions about social movements, in the Latin American context? In a qualitative effort, supported by both, a bibliographic research and a comparative case study, this study explores and states the following: the Latin American subaltern condition prevents the analysis of social movements in the region from advancing rigorously without considering the economic dimension; and, once this dimension has been considered in the analysis, a whole field of practical experiences is inscribed as experiences of Latin American subaltern movements.

**Keywords:** Social movements; Latin America; subaltern condition; collective action; economics.

### **Como citar este artículo:**

Moura de Oliveira, G. (2022). “Trazer a economia de volta”: reflexões sobre a ideia de movimentos subalternos latino-americanos. *Polis Revista Latinoamericana*, 21 (63), 128-147. doi: <http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2022-N63-1687>

## **Introdução**

Não se trata de um debate exatamente novo aquele que reflete sobre a insuficiência das teorias europeias e estadunidenses sobre os movimentos sociais (Flórez-Flórez, 2007; Modonesi; Iglesias, 2016). Insuficiência essa que estaria marcada não pela falta de rigor ou complexidade analítica de tais teorias, mas por não darem conta de compreender em todas as suas especificidades as experiências de movimentos sociais registradas no Sul global; dado meu interesse neste esforço, mais especificamente, registradas na América Latina. A virada de época temporalmente localizada por Emmanuel Wallerstein e outras e outros na década de 1960 produziu consequências tanto metodológicas quanto teóricas e epistemológicas às ciências sociais mundiais e, por consequência, aos estudos sobre os movimentos sociais. Até aquela década, em perspectiva mundial, havia uma certa centralidade de

conteúdo nas discussões sobre transformação social e movimentos sociais, centralidade essa vinculada à dimensão econômica da vida. Foi justamente neste período histórico que receberam luz e se difundiram com potência de alcance mundial as mencionadas abordagens teóricas, insuficientes, de base no Norte global.

Até os anos 1960, de um lado, falava-se dos movimentos (revolucionários ou social-democratas) de trabalhadores, sindicatos, operários, classistas, etc.; todos eles, seja qual for a perspectiva ou mesmo a semântica adotada, indicavam para um mesmo conteúdo: a luta da classe trabalhadora pela transformação das relações sociais de produção capitalistas, pela superação do sistema-mundo capitalista pelo socialismo/comunismo. De outro lado, os movimentos de libertação nacional que por um longo período lutaram contra os colonialismos, seja em sua etapa formal seja na mais recente da colonialidade do ser, do saber e do poder (Ballestrin, 2013; Quijano, 2000, 2005). Tanto como parte das táticas revolucionárias ou reformadoras da classe trabalhadora quanto como forma de afirmação da independência nacional, além da economia o Estado-nação era referência para ambas as abordagens, respectivamente: no primeiro caso, o Estado era central porque deveria ser ocupado, e depois transformado ou superado, pela classe trabalhadora; já no segundo, ele era reivindicado como ferramenta para a libertação nacional tanto na América Latina do século XIX quanto na África e na Ásia do século XX.

Como já sinalizado, o último quarto do século XX chegaria com importantes novidades: entravam em cena outros tantos conteúdos de lutas carregados de outra gramática que anunciavam que as lutas enfocadas no capitalismo e no Estado (o segundo como um dos agentes mantenedores do primeiro) importam, mas que não são as únicas dimensões ou estruturas de relações sociais que produzem dominação, exploração, constrangimento, exclusão, violência e sofrimento no âmbito do sistema-mundo capitalista-colonial. É neste contexto que a transformação social, já sem o foco direcionado unicamente para a dupla capitalismo-Estado, "suponiendo que haya tenido alguna vez una cierta unidad de organización, se convirtió en un movimiento múltiple, si no es que incluso fraccionado, em toda una serie de movimientos centrados en torno de un tema particular" (Wallerstein, 2008, p. 116).

Feminismos (que não nasciam ali, mas que a partir dali alcançariam maiores escalas), juventudes, ambientalismos, movimentos indígenas e quilombolas, antifascismos, antirracismos, movimentos de homossexuais e de libertação sexual, de pessoas com deficiências, de idosos, entre tantos outros. Todos eles passaram a ser parte do então diverso leque de conteúdos que cabem dentro dos conceitos que definem o que são os movimentos sociais. Ainda considerando a contribuição de Wallerstein (2008), essa virada concreta e interpretativa da década de 1960 revelaria quatro grandes campos contraditórios em disputa por adesão: (i) o histórico campo do capital versus o trabalho, (ii) o do socialismo realmente

existente *versus* a antiburocratização, (iii) o da social-democracia *versus* os novos movimentos sociais (em geral, os que acabo de citar) e (iv) o das permanências coloniais *versus* os anticolonialismos.<sup>1</sup>

No contexto do que brevemente acabo de apontar, uma série de questões saltam aos olhos. Por que as abordagens dominantes sobre os movimentos sociais deixaram a economia de lado ou, em outras palavras, a empurraram quase que exclusivamente para as discussões sobre classes sociais e trabalho? É possível, no contexto latino-americano, deixar de lado nas discussões sobre movimentos sociais as questões materiais (econômicas) em nome de outras questões de caráter democratizante e inclusivo? São experiências de movimentos sociais aquelas mais ligadas às questões econômicas e comunitárias e que pouco ou nada interagem com o Estado e suas instituições?

Diante de tais inquietações, meu objetivo neste texto é o de explorar e defender dois argumentos principais. O primeiro, reconhecendo o excesso da síntese, é: no contexto latino-americano é necessário “trazer a economia de volta” às discussões e às análises sobre os movimentos sociais. Considero que as abordagens de movimentos que secundarizam a dimensão econômica tornaram-se hegemônicas porque outras realidades onde a pobreza material extrema<sup>2</sup> já fora razoavelmente superada, como a europeia, sobretudo, acabariam assumindo caráter universal, se impondo também à realidade latino-americana no que diz respeito aos estudos sobre movimentos sociais. Na América Latina, no entanto, as desigualdades econômicas ainda não foram responsabilmente mitigadas. Neste contexto, enfoques que priorizam apenas as dimensões política e cultural parecem-me insuficientes se não acompanhados da dimensão econômica. Não me parece razoável que em países como Brasil e México (o primeiro meu país natal e o segundo meu país de residência e trabalho atual, por isso a menção), nos quais, respectivamente, 5 e 4 bilionários detém a mesma riqueza que a metade de suas populações (dados da organização Oxfam para 2018 e 2017, respectivamente), a dimensão econômica<sup>3</sup> seja secundarizada nas análises de movimentos sociais como acontece, sobretudo, na abordagem estadunidense.

O segundo argumento, em estreito diálogo com o primeiro, dirá que, superada a ideia de que o Estado é o detentor do monopólio da política, tal qual argumentei em minha tese de doutorado recentemente publicada (Oliveira, 2021) e em esforço coletivo com Adriane

---

1 É importante considerar que os pontos I, II e IV seguiriam na ordem do dia das discussões do campo mais amplo das ciências sociais mundo afora. Além disso, são abordagens que, umas mais, outras menos, nunca deixaram de lado a dimensão econômica em suas reflexões e análises, sobretudo, as discussões marxistas. No entanto, não é pouco destacar que tais pontos não representam temas que foram considerados com a devida atenção pelos autores, e suas consequentes literaturas produzidas, especializados estritamente na categoria de movimentos sociais, com quem espero dialogar mais especificamente a partir desta publicação.

2 Segundo dados da CEPAL (2020), em 2019, na América Latina, 30,5% da população encontrava-se em situação de pobreza, enquanto 11,3% encontrava-se em situação de pobreza extrema.

3 Como se poderá ver, me concentrarei nesta abordagem da “dimensão econômica” de forma mais abstrata para referir-me ao que considero a principal ausência das discussões europeia e estadunidense sobre movimentos sociais. Massimo Modonesi e Mónica Iglesias (2016), por sua vez, aprofundam o olhar e especificam mais a questão demonstrando que tais abordagens deixaram de ver, no contexto latino-americano, as seguintes dimensões que bem poderiam ser lidas como “subdimensões” da referida dimensão econômica porque dela derivam e porque não estão enfocadas centralmente na relação movimentos-Estado: a territorial, a comunitária, a das autonomias e a das outras formas de exercício do poder que não como dominação.

Ferrarini e Monika Dowbor (no prelo), fazeres comumente vistos apenas como econômicos ou culturais inscrevem-se como fazeres que também podem ser interpretados como políticos. Se o Estado é, sim, um campo de lutas (García Linera et al., 2010) a ser disputado politicamente, todo o universo que está para além dele também é. É partindo de tais argumentos que as experiências dos movimentos subalternos<sup>4</sup> latino-americanos poderão ser vistas através do imbricamento das dimensões econômica, política e cultural da vida a partir de lentes outras como a de Autogoverno popular-comunitário, por exemplo – que mais adiante apresento, ainda que de forma sumária dada a limitação de espaço –, representando assim uma fotografia mais fiel da realidade, tarefa não cumprida pelas abordagens europeia e estadunidense de movimentos sociais.

Metodologicamente, importa anunciar que, ainda que este seja um trabalho de abordagem teórica, se trata de um esforço que tem como base minha pesquisa de quatro anos realizada durante o curso de doutorado em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Considerando isto, pretendo com esta comunicação divulgar alguns dos principais achados da investigação mencionada, um estudo de casos comparados de abordagem qualitativa. Para sua concretização, realizei pesquisa bibliográfica sobre movimentos sociais, Estado e autonomia em uma tentativa de integração entre a literatura de base no Norte global e a latino-americana. Além disso, realizei investigação de campo utilizando as técnicas de observação e de entrevistas semiestruturadas, em ambos os casos com sujeitos dos movimentos sociais de economia solidária e dos Estados de Brasil e México; trataram-se de 16 entrevistas em cada país, 12 com sujeitos dos movimentos e 4 com sujeitos vinculados aos Estados, totalizando 32 entrevistas.

No que segue a esta seção introdutória, o texto está organizado da seguinte forma: primeiro, apresento uma discussão com Mario Diani e com as perspectivas europeia e estadunidense de movimentos sociais com o objetivo de mostrar que existem limites em tais abordagens por desconsiderarem a dimensão econômica da vida em suas reflexões; em seguida, tento argumentar pela condição subalterna latino-americana, mostrando seu caráter estrutural, um dos principais motivos de sua permanência; depois, reflito mais especificamente sobre as experiências dos movimentos subalternos latino-americanos, ensaiando que uma vez a eles projetado também o “olhar econômico”, muitas vezes a ausência de interação direta deles com o Estado não significa que não se trata de uma experiência de movimento social; por último, compartilho umas breves reflexões finais.

### **Para onde foi a dimensão econômica das lutas sociais? Breve diálogo com Mario Diani e com as abordagens europeia e estadunidense de movimentos sociais**

O conceito de movimentos sociais do sociólogo italiano Mario Diani certamente é um dos mais difundidos e aceitos entre os estudiosos do tema. Com o seu conceito, o autor parece ter tentado dar conta de capturar tanto as experiências de interação com o Estado quanto

---

<sup>4</sup> Utilizo o termo **subalterno** neste esforço partindo da concepção original de Antonio Gramsci (1984).

as sem ele. Como mencionado, Diani propôs um conceito que alcançou larga adesão, a saber: movimentos sociais “são definidos como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (1992, p. 1, tradução nossa). Não é à toa que tal conceito foi bem aceito porquê demasiadamente aberto e, justamente por isso, pouco preciso. Compreendo que essa adesão se deu por duas ausências que ou passaram despercebidas pelo autor e seus interlocutores ou que foram deliberadamente deixadas de lado.

Uma das citadas ausências se refere à disputa em torno da divisão temporal-conceitual pré e pós-1968. Diani decreta a diferenciação entre o que é do campo da economia e do trabalho (partidos, classes, sindicatos, uniões de trabalhadores, etc.) e o que é do campo dos movimentos sociais (política e cultura). A primeira ausência é, portanto, esta: a dimensão da economia e do trabalho não cabe no conceito de movimento social do autor, desperdiçando assim um sem número de experiências; pelo menos, no contexto latino-americano. A segunda ausência é a do próprio Estado. Essa, no entanto, parece-me não significar que ele não previu interações movimentos-Estado já que para a perspectiva dominante da ciência política, da qual ele é parte, Estado bem serviria como sinônimo de política. Sendo assim, entendo que a ausência da economia significa intenção: de não contar com a economia e o trabalho no conceito; já a ausência do Estado se revela como extensão: o conceito se estende ao Estado, ou seja, chega até ele se for ele o “outro” envolvido em um conflito com um ou outro movimento social. Ao mesmo tempo, importa assinalar que aqui o Estado não aparece como um atributo condicional, como na perspectiva estadunidense.

Das duas ausências assinaladas, a da economia se revela problemática se o universo em análise são os movimentos sociais latino-americanos:

«Así, a diferencia de las luchas propias de los países del capitalismo avanzado, aquellas [latinoamericanas] no tienden hacia la creciente multiplicidad de posiciones antagónicas. Por el contrario, sus identidades apuntan hacia la simple y automática unidad en torno a un polo popular; una tendencia ausente en Europa desde finales del siglo XIX. Distinguen, entonces, entre: las “luchas democráticas” propias del centro del sistema, donde las revoluciones democráticas cruzaron cierto umbral, y en las cuales hay una pluralidad de espacios políticos, y las “luchas populares” propias de la periferia, en la cuales ciertos debates tienden a construir la división de un único espacio político en dos campos opuestos. En el primer caso, privaría la “lógica de la diferencia”, que expande y complejiza los antagonismos del espacio político; en el segundo, la “lógica de la equivalencia”, que los simplifica.» (Flórez-Flórez, 2007, p. 245–246).

A partir da contribuição de Juliana Flórez-Flórez, o problema das análises que deixam de lado a dimensão econômica parece ser identificado, seja através do isolamento da América Latina para a análise seja a partir de sua comparação com a Europa, sobretudo. No primeiro caso, isolando a América Latina, logo é possível encontrar o diagnóstico da impossibilidade de compreensão de suas experiências de movimentos sociais sem a dimensão econômica porque tal dimensão salta aos olhos dadas as desigualdades materiais e a pobreza extrema ainda explícitas na região.

Na América Latina nunca foram resolvidos os problemas da não distribuição da riqueza material produzida, ou seja, da desigualdade material – produtora e reprodutora de bolsões de pobreza extrema na região – que é uma herança do processo colonial ainda vigente. Me parece evidente que sem a resolução para esses problemas econômicos será possível perceber, sempre que houver intenção e compromisso do analista, “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais” ou econômicos; não somente em conflitos de caráter político ou cultural. Portanto, ao se isolar a América Latina para a análise, ainda há lugar para uma mirada econômica na ação dos movimentos, por mais que alguns deles não reivindicuem explicitamente transformações relacionadas a tal dimensão em seus discursos e mesmo em suas ações.

A integração da América Latina no seio da globalização neoliberal (se se quer, do sistema-mundo capitalista-colonial), ou melhor, a sua posição nesta integração, me leva à necessidade de uma rápida comparação entre América Latina e Europa, pelo menos. Tal comparação ajuda, avalio, para a compreensão de porquê Diani desconsiderou a dimensão econômica em seu conceito. Esse movimento interpretativo me leva à hipótese de que Diani não viu ou ocultou a dimensão econômica porque a pobreza material (portanto, econômica) extrema trata-se de uma questão ainda urgente aqui e, em boa medida, ausente porque já razoavelmente superada, lá. Em outras palavras, enquanto a Europa, sobretudo no contexto dos Estados de bem-estar social e das social-democracias, deu conta de canalizar as principais urgências econômicas de suas populações, deixando espaço para o aparecimento de outros conteúdos de caráter democratizante (Flórez-Flórez, 2007), esse percurso na América Latina nunca se completou.

Ora, se a forma-Estado e a democracia vigentes, como formas de organização da vida em comum, não dão conta de, dentre outras demandas, resolver a da desigualdade material e a da pobreza extrema; se, além disso, essa forma-Estado e democracia alcançam apenas uma parcela da população; e se, por último, é característica do sistema capitalista mundial a marginalização de um sem número de sujeitos individuais e coletivos, o que acarreta na produção e reprodução de desigualdades variadas (com destaque à material), os movimentos sociais latino-americanos estarão diante de dois caminhos potenciais: (i) o da auto-organização da vida em comum e autogestão dos recursos materiais e do trabalho e (ii) o da mobilização para o confronto e, mais recentemente, para a cooperação política com o Estado. Neste contexto, o que é certo é que, considerando as persistentes desigualdades materiais na América Latina, as experiências de movimentos latino-americanos poderão imbricar em seus cotidianos política, cultura e economia.

É possível observar, neste contexto, que o primeiro caminho acima mencionado tem mais que ver com a abordagem europeia (abordagem culturalista), que entre seus principais nomes tem Alain Touraine e Alberto Melucci, enquanto que o segundo se aproxima mais da abordagem estadunidense (abordagem centrada no Estado: Teoria do Processo Político e Estrutura de Oportunidades Políticas, por exemplo), bastante vinculada a Charles Tilly e



Sidney Tarrow. No primeiro caso, entretanto, não há um vínculo tão automático porque pode ter sido pouco explorada nas reflexões de Touraine e Melucci a ideia de que os diferentes pontos de partida – América Latina e Europa – terminariam em importantes diferenças em relação às construções de outras formas de vida nas margens do Estado e do capital, sendo a condição latino-americana altamente precária como ponto de partida.

Nesta esteira, não raras vezes os movimentos latino-americanos poderão estar percorrendo ora o caminho 1, ora o 2, a depender de suas urgências e avaliações sobre possibilidades de maior ou menor sucesso em suas ações. Tentar compreender as experiências dos movimentos latino-americanos ou só com a lente europeia ou só com a estadunidense não me parece uma opção. Mesclar ambas é, portanto, um primeiro passo tão necessário quanto promissor; nesta empreitada a proposta de Melucci com a ideia de latência parece-me útil. Mas, mesmo com esta opção de mescla e com a ideia de latência sobre a mesa, existem limites. Especificamente, um limite importante é do “desperdício da política” identificado em Melucci em sua mencionada proposta; outros limites relacionam-se com a condição subalterna da América Latina, ou seja, com as persistentes desigualdades materiais e simbólicas e os permanentes resgates e inovações que os povos da região registram para suprir as ausências econômicas, políticas e culturais que são consequências daquela condição.

### **A condição subalterna latino-americana**

Considero frutífero, tanto para a análise política e sociológica quanto para o que é do campo do próprio fazer dos movimentos sociais, que a mirada às experiências de movimentos latino-americanos se dê a partir da ideia de transversalidade teórica, que Enrique Dussel (2004) chamou de transmodernidade, em perspectiva epistemológica. Transversalidade aqui entendida como aproximação de distintas abordagens teóricas sem que se descaracterize o que é essencial para cada uma delas; mas, também, sem deixar de lado o que é típico e específico de cada universo empírico investigado. Há um mundo todo, com infinitas particularidades, que vive e sobrevive na América Latina. Me parece uma tarefa pouco produtiva, por um lado, e até mesmo inalcançável, por outro, tentar compreender a realidade da região apenas com as lentes europeias-estadunidenses. Há toda uma potência econômica, política e cultural (de resgate de velhos símbolos e de criação de novos; os velhos pré e os novos anti coloniais) que escapa ao alcance do analista quando ele simplesmente transplanta categorias do Norte para compreender o Sul. Um bom exemplo, que entendo dialogar com os elementos econômicos da discussão que aqui me disponho a fazer, é o da extensa produção teórica sobre desenvolvimento na América Latina.

Foram necessários largos esforços de reflexão teórica, por um lado, além de um impulso difusor de uma agência do Norte, por outro, para que a mirada do Sul alcançasse potência para espalhar mundialmente o diagnóstico de que a categoria de desenvolvimento não se aplicava aos países latino-americanos nos mesmos termos com que aos países europeus ou



aos Estados Unidos (EUA). É daí a ideia de subdesenvolvimento não como condição temporal, mas como estrutural (Bielschowsky, 2000; Furtado, 1965), por exemplo. Para o conceito de subdesenvolvimento os países da periferia do sistema-mundo capitalista-colonial não alcançariam a condição de países desenvolvidos como os centrais. Os países centrais e desenvolvidos, por sua vez, só o são em função da relação centro-periferia engendrada pela estrutura do capitalismo mundial, como mostra Gustavo Esteva (2019, p. 24):

«La de 1980 se consideró “la década perdida para el desarrollo en la América Latina”. Quedó claro entonces que las promesas de Truman no se cumplirían y que, en vez de cierta igualdad mundial, cuando los “subdesarrollados” alcanzaran a los “desarrollados”, se estaba produciendo lo contrario: en 1960 los países ricos eran 20 veces más ricos que los pobres; 20 años después, eran 42 veces más ricos. Era evidente que el desarrollo era muy buen negocio para los ricos y pésimo para los pobres. Dentro de cada país, la empresa profundizaba la desigualdad. Como se señaló en el informe oficial de la conferencia de Naciones Unidas Hábitat III en Quito, en 2016, se había pensado que el desarrollo era como una marea que elevaba todos los botes; se sabe ahora que sólo eleva los yates.»

No mesmo contexto, Pedro Fonseca (2015) assinala que o conceito de desenvolvimentismo foi criado para tentar explicar as supostas tentativas históricas, desde a década de 1930, de superação daquela condição estrutural de subdesenvolvimento. No entanto, mesmo que ainda longe de consensos entre os especialistas, as experiências históricas dos desenvolvimentismos e dos neodesenvolvimentismos na América do Sul parecem indicar que os desenvolvimentismos não se tratam de ferramentas para a superação da condição de subdesenvolvimento (Cavalcante, 2021; Katz, 2015). O conceito de dependência (Dos Santos, 1973, 1991; Marini, 2000), fruto do esforço de diversas autoras e autores vinculados a chamada Teoria Marxista da Dependência, sobretudo se associado ao de subdesenvolvimento, ajuda a compreender que lentes originais do Sul, ainda que inspiradas pelo Norte, são indispensáveis.

Para Ruy Mauro Marini (2000), por exemplo, as relações entre os países subdesenvolvidos – em especial os da América Latina – com os desenvolvidos, caracterizadas pela ideia de dependência, carregam consigo formas de superexploração que intensificam o trabalho vivo em sua relação com o capital. Na medida em que alguns países despontam economicamente, outros são prejudicados. Isso acontece devido à integração de países subdesenvolvidos ao mercado capitalista mundial, consequência colonial, que os posiciona como dependentes (sobretudo, no quesito tecnologia), aumentando a intensidade do trabalho e produzindo, assim, maior exploração ao trabalhador. No sistema-mundo capitalista-colonial em sua etapa atual, do neoliberalismo, os atributos destes conceitos (subdesenvolvimento e dependência) ficaram cada vez mais visíveis e os condicionamentos da relação centro-periferia seguiram o mesmo passo.

Não é à toa que me utilizei destes exemplos acima citados. Não é, por dois motivos. Primeiro, porque eles revelam a característica da transversalidade teórica. Nem o conceito de subdesenvolvimento nem o de desenvolvimentismo ou ainda o de dependência seriam propostos, pelo menos nos termos com que os foram, sem a teoria marxista. Suas bases

repousam nas ideias de totalidade e de estrutura, tão caras às abordagens de Marx e dos marxistas. Em segundo lugar, não é à toa que me referi a eles porque ambos contribuem à consolidação da ideia de condição subalterna latino-americana.

Perceber a América Latina como dependente na estrutura do sistema-mundo capitalista-colonial e o subdesenvolvimento como condição estrutural e não temporal deste sistema me leva para outro diagnóstico importante (relacionado ao segundo motivo acima mencionado): não há atraso da América Latina na relação com a Europa ou com os EUA – ou, mais recentemente, com a China –, o que há é uma condição aparentemente insuperável de submissão e exploração que no máximo se atenuará via [neo]desenvolvimentismo. Se há submissão e exploração há também sofrimento. E, se há sofrimento, se está diante de uma decisão acadêmica, ética e política: engajar-se ou não, enquanto cientistas sociais, na empreitada outrora assumida por Raúl Prebisch, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares, entre outras e outros do campo da economia política latino-americana que alcançaram tal autonomia intelectual antes vista em raras exceções – como com José Martí, José Carlos Mariátegui e Caio Prado Jr., por exemplo – na região (Bringel; Domingues, 2015).

A submissão latino-americana, acima citada, revela duas outras questões. A primeira tem que ver com as formas de sua subjetivação política e a segunda com as estratégias para a superação daquela condição (Modonesi, 2010). O processo de subjetivação política da condição de submissão latino-americana deverá passar pela assimilação da “negação da negação” que só é possível a partir da afirmação e do reconhecimento da subalternidade. Aqui chego em um ponto importante da discussão. Esse processo poderia bem ser explicado com as categorias marxistas de alienação, estranhamento, consciência de classe, classe em si e classe para si (Marx; Engels, 1998), por exemplo. No entanto, mesmo reconhecendo a atualidade da teoria original de Marx, prefiro interlocutores seus como Massimo Modonesi (2010) e Dussel (2006, 2007). Suas abordagens me interessam mais, sobretudo, pelo diagnóstico da condição subalterna latino-americana; trata-se de transcender a unidade de análise, que em Marx era a classe trabalhadora. Localizar a América Latina no tempo e no espaço para compreender sua formação é uma tarefa indispensável; e, localizar a região no espaço-tempo passa por compreendê-la na condição de subalternidade para além da classe, seja na relação com os países do centro do sistema-mundo capitalista-colonial seja na relação interna da região, já que as mesmas estruturas de poder e dominação que atravessam as relações mundiais podem atravessar também as regionais (Zibechi, 2013).

Dussel (2006, 2007), ao referir-se ao povo subalterno latino-americano, vítima da exclusão da forma-capital de gestão dos recursos materiais e do trabalho e da forma-Estado e da democracia vigentes como forma de organização da vida em comum – exclusões essas decorrentes do processo colonial –, considera o momento da negação daquelas exclusões como o momento que antecede a organização e a ação estratégicas. A afirmação da negação como combustível para a negação da negação:

«Todo comienza por una afirmación. La negación de la negación es el segundo momento. ¿Cómo podrá negarse el desprecio de lo propio sino iniciando el camino con el autodescubrimiento del propio valor? Afirmación de una "identidad" procesual y reactiva ante la misma Modernidad. Las culturas poscoloniales deben efectivamente descolonizarse, pero para ello deben comenzar por autovalorarse.» (Dussel, 2004, p. 20).

O autodescobrimento e a autovalorização, as quais se refere o autor, poderiam bem ser substituídas pelas categorias marxistas de estranhamento e consciência de classe: auto-descobrir-se como classe em si para autovalorizar-se como classe para si. Esquecidos pelo Estado e pelo sistema econômico vigentes os subalternos poderão negar o status quo e suas estruturas sustentadoras e, somente a partir disso, se inscrevem para construir formas alternativas para o lugar do que acabaram de negar (Oliveira, 2019, 2021; Oliveira; Dowbor, 2020a, 2020b).

Reconhecer-se como submisso para afirmar-se como subalterno e aí, a partir de tal afirmação, reconstruir-se como sujeito da transformação que intervém no mundo porquê insubordinado (Modonesi, 2010). A ação insubordinada floresce quando os sujeitos percebem que a condição subalterna não é uma condição natural, mas, uma condição imposta sob intensos processos de constrangimento e violência históricos (Las Casas, 1969). Reconhecer-se e afirmar-se como subalterno como condição à insubordinação e à libertação. E, esse processo, assim como a reprodução da vida mesma, só é possível enquanto sujeito coletivo no qual nunca existirão subjetividades totalmente particulares, isoladas; o que existem são intersubjetividades que são consequência da insuperável característica humana da alteridade, da interdependência. Ou seja, ou tal processo é coletivo ou não é nada.

Retorno, uma vez mais e para concluir esta seção, aos exemplos da dependência e do subdesenvolvimento. Ambos os conceitos revelam a estrutura dual do sistema mundial. Se há dependência, há dominação; se há subdesenvolvimento como condição estrutural, há dominação; e, se há dominação, há dominadores; se há dominadores, há dominados – condições todas aplicáveis tanto para o que é da economia quanto para o que é da política ou da cultura. É esta condição de dominado que pode ser capaz de despertar o sentimento de injustiça e de indignidade necessários tanto à afirmação do povo latino-americano como submisso, subalterno, quanto como as suas possíveis categorias-par positivas, como insubordinação (Modonesi, 2010), rebeldia (Tischler, 2011), transformação e libertação (Dussel, 2006).

## **Movimentos subalternos latino-americanos com, contra e para além do Estado**

Dizer movimentos subalternos latino-americanos, muito antes de uma tentativa de universalização ou essencialização das experiências de movimentos sociais na América Latina, significa localizá-las criticamente no espaço e no tempo; significa, portanto, perceber que estruturas existem e que elas separam os "debaixo" e os "de cima" tanto na política quanto

na economia e na cultura. Dizer movimentos subalternos latino-americanos depois de refletir sobre a condição subalterna latino-americana é dizer, também, que sob intensos processos de articulação e organização ora ou outra tais movimentos poderão superar a provisória condição de subalternos para já não efemeramente libertarem-se daquela condição.

Antes de passar à análise da literatura mais recente, dos últimos 25 anos, e para não ser injusto com o acumulado de reflexões localizadas espacial e temporalmente no Brasil das décadas de 1970 e 1980, assim como, ainda que muito provavelmente em menor medida, em outros países da América Latina no mesmo período, importa dizer que se as teorias dominantes de movimentos sociais abandonaram a economia no pós-1968, houve uma espécie de resistência a tal abandono no contexto latino-americano, como bem mostra Maria da Gloria Gohn em seu conhecido livro "Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos" (1997). Falando, em muitos dos casos, de movimentos populares (sobretudo, no contexto urbano), autoras e autores como a própria Gohn, José Álvaro Moisés, Ana Maria Doimo, Renato Boschi, Ruth Cardoso, Eder Sader, Ilse Scherer-Warren, entre outras e outros no Brasil, e Susan Eckstein, Albert Hirschman, Pablo Casanova, Ernesto Laclau, Orlando Fals Borda, Arturo Escobar e Jose Luis Coraggio, entre outras e outros em demais países da América Latina, não escaparam da relação entre movimentos sociais e a dimensão econômica da vida em suas reflexões.

No entanto, os processos de institucionalização dos conflitos sociais e, por sua vez, de institucionalização dos próprios movimentos em muitos dos casos, processos esses que acompanharam a transição à redemocratização no Brasil e em outros países da região, empurrariam a economia para outras disciplinas, como em estrito para a própria economia como disciplina de produção do saber, deixando-a faltar nas discussões mais difundidas sobre movimentos sociais, que a partir dali vinculavam-se mais às ideias de participação e institucionalização. A transição à democracia e a centralidade nas interações com o Estado, realidades empíricas que encontrariam solo fértil, sobretudo, nas teorias estadunidenses de movimentos, produziram, além do que estou tratando como "abandono da economia", um processo de despolitização do âmbito da sociedade civil:

«Las investigaciones sobre la transición y la consolidación permitieron precisar y ordenar temáticamente los retos y las tensiones estratégicas que marcaron una época histórica, pero lo hicieron a un costo muy alto, pues al recurrir a los conceptos del elitismo democrático y a diversas versiones de la teoría de la elección racional, dejaron de lado el estudio de las innovaciones democráticas que portaba la propia práctica de los actores sociales cuya movilización era reconocida en los estudios transitológicos como detonante del proceso. [...] Una vez alcanzada la democracia representativa, la sociedad civil activada deja su espacio de acción a la sociedad política, la cual asume las causas y los intereses de la sociedad civil y monopoliza las funciones de la representación legítima.» (Dagnino et al., 2006, p. 16).

Neste contexto, assim como não é possível deixar de ver as experiências que não contam com o Estado em suas táticas (Adamovsky, 2011) – sobre as quais discorrei em seguida –, também não se pode esquecer que o Estado é real e essa realidade se manifesta de maneira muito diversa e heterogênea (Dagnino et al., 2006). Pode se manifestar como seu

conjunto de instituições, como políticas públicas (ou como a ausência delas), como controle, coerção ou violência, como organizador da economia (ou como desregulador dela), como o próprio conjunto de leis, etc.; o que é certo é que o Estado existe e mesmo onde ele deixa falta ele cognitivamente existe, neste caso como ausência ou como motivo de rechaço. Se uma forma válida de tentar transformar a realidade social é a partir da construção na periferia do Estado, na sua margem, porque tentar transformá-la na interação com ele ou por dentro dele não seria? Dussel (2014, p. 573) reflete sobre o tema:

«Las exigencias políticas del presente latinoamericano y mundial, ante el avance siempre avasallantes de las prácticas del neoliberalismo del capitalismo globalizado determina la necesidad del fortalecimiento del Estado federal o regional –económica, cultural, militar y políticamente– de los países poscoloniales o no centrales en vías de liberación, mientras que una cierta extrema izquierda (en esto coincidente con el Estado mínimo del mismo neoliberalismo económico) proyecta la “disolución del Estado” de manera empírica y estratégica, lo que le lleva tácticamente a proponer cambiar el mundo desde el nivel social sin intentar políticamente ejercer el poder delegado del Estado (de un nuevo Estado), como medio de liberación nacional y popular. Sin embargo, el fortalecimiento de un Estado democrático no se opone al postulado (como “idea regulativa” crítica) de la “disolución del Estado” –si se entiende bien la cuestión.»

Os pontos-chave aqui, avalio, são dois: (i) o grau de compromisso crítico dos movimentos que se engajam em transformações que contam com o Estado e (ii) o quanto um determinado partido-governo que se reivindica transformador se compromete com aquele processo de transformação. Se o Estado se abre ao que a teoria democrática chamou de participação (Pateman, 1992) ou, mais recentemente, de participação cidadã (Dagnino et al., 2006) e participação institucional (Scherer-Warren; Lüchmann, 2011), uma importante oportunidade política se coloca. No entanto, mesmo com o destaque ao Estado, é importante perceber que quando ele se abre não poderá ser por outro motivo que não a prática dos movimentos subalternos que saltam, em tempos efêmeros ou prolongados, do “subsolo” ao “salão principal” da política.

No Brasil, por exemplo, considerando como marco temporal a Constituição Federal de 1988, muitas foram as experiências de participação dos movimentos subalternos nas chamadas Instituições Participativas (Avritzer, 2008), resultado do acumulado de lutas pela redemocratização do Estado brasileiro. As “brechas” ou “fissuras” estatais foram, gradualmente, sendo ocupadas por movimentos que apostavam na tática da ação institucionalizada (Dowbor, 2012), sem abandonar outras. Inaugurava-se ali toda uma discussão entre os analistas brasileiros, mas também entre os latino-americanos considerando os casos de seus países no mesmo período, sobre desmobilização e cooptação (Falchetti, 2017; Longa, 2019) ou ainda sobre o aparecimento da interdependência entre sociedade civil e Estado (Avritzer, 2012), por um lado, e sobre reorientação tática e institucionalização (Lavalle et al., 2019), por outro. Esse segundo grupo protagonizou uma pujante produção teórico-conceitual, começando pelas reflexões sobre o Orçamento Participativo (OP) (Abers, 1998; Fedozzi, 1998; Santos; Avritzer, 2002).

Aquela forma de participação institucional ganharia adeptos tanto no campo da ação, ampliando a confiança dos movimentos na tática da ação institucionalizada, quanto no campo da análise. As discussões sobre o OP seriam seguidas por muitas outras: sobre os efeitos da participação como aprendizado da cultura política ou como construção de padrões de ação para os próprios sujeitos de movimentos (Carlos, 2012; Scherer-Warren; Lüchmann, 2011); sobre a formulação e implementação de políticas públicas (Carlos et al., 2016) através de balanço da produção teórica das três últimas décadas. De modo geral, as abordagens existentes acerca dos resultados (outcomes; sobre as características de instituições como os conselhos e conferências (Silva, 2009); sobre a nebulosa fronteira que começava a se erguer entre movimentos, partidos, governos e Estado (Abers; Büllow, 2011; Gutierrez, 2015; Silva; Oliveira, 2011); sobre efetividade e eficiência da participação (Miguel, 2017; Pires, 2011); e, sobre a ideia de atualização dos repertórios de ação dos movimentos, agora considerando a via institucional (Abers et al., 2014).

Pelo exposto, não surpreende que a literatura brasileira de movimentos sociais chegue no período atual focando mais para as ações de movimentos que dentre suas táticas de ação contam com a da ação institucionalizada, do que o contrário; seguindo em grande medida a abordagem estadunidense. Nesta esteira, importa mencionar que dos últimos 20 anos, pelo menos os primeiros 15 foram palco temporal para os governos de partidos de esquerda na América do Sul. Hugo Chávez, na Venezuela em 1999, seria a primeira de várias lideranças populares a chegar à presidência de países da região. Outros casos de destaque foram, pelo menos, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador, além do próprio Brasil. O caráter popular de tais experiências e os históricos de proximidade das lideranças de tais governos com os movimentos subalternos produziram uma certa normatividade às ações institucionalizadas já que as oportunidades estavam postas; ou seja, projetaram uma certa centralidade ao Estado no variado repertório de ação dos movimentos. No entanto, assinala Raúl Zibechi (2007, p. 52):

«Existe una creencia que dice que cuanto más visible sea un movimiento, cuanto más incrustado esté en la "realidad" formando parte de la agenda política, más eficientes serán sus acciones porque llegarán a amplios sectores. Sin embargo, esto los hace dependientes de la agenda (espacio-tiempos) del sistema.»

O autor, como se pode ver um crítico das análises políticas centradas no Estado (se se quer, "Estadocêntricas"), me convida a transitar ao polo oposto ao qual eu estava gravitando nos últimos parágrafos, ou seja, para o polo das ações que descartam ou, no mínimo, secundarizam a ação institucionalizada em suas táticas priorizando ações de tipo auto-organização da vida em comum e autogestão dos recursos materiais e do trabalho, portanto, da economia.

Se aqueles movimentos negam ou frações ou a totalidade do Estado, o que vem depois, ou seja, o momento da ação como construção positiva, é algo bastante diverso. Tratam-se



de experiências que apresentam distintas características, entre elas: territórios conquistados ao longo do tempo; autonomia frente ao Estado e à partidos, sindicatos e igrejas; forte afirmação de identidades populares; capacidade de criação de sistemas educacionais autônomos e de formação de seus próprios intelectuais; papel destacado das mulheres e imbricamento do público e do privado em casos em que são as mulheres quem sustentam as ações dos movimentos; relação de respeito à natureza e de solidariedade econômica, ou seja, outras formas de perceber e organizar o trabalho para além das relações sociais de produção capitalistas (Zibechi, 2003).

No mesmo contexto, reforça Zibechi (2007, p. 48):

«[...] los movimientos están empezando a convertir sus espacios en alternativas al sistema dominante, por dos motivos: los convierten en espacios simultáneos de supervivencia y de acción sociopolítica (como hemos visto), y construyen en ellos relaciones sociales no-capitalistas. La forma como cuidan la salud, como se autoeducan, como producen sus alimentos y como los distribuyen, no es mera reproducción del patrón capitalista, sino que –en una parte considerable de esos emprendimientos– vemos una tensión para ir más allá, poniendo en cuestión en cada uno de esos aspectos las formas de hacer heredadas.»

As ações de movimentos subalternos como auto-organização da vida em comum e como autogestão dos recursos materiais e do trabalho, que entendo como típicas de uma parte importante dos movimentos subalternos latino-americanos, com destaque para os indígenas, quilombolas e camponeses, mas também para os urbanos ligados à luta pela moradia (Moraes, 2020), ganham um caráter de cotidianidade ao se “desprenderem” tanto do Estado quanto do capital, como mostra Zibechi.

É justamente esse caráter cotidiano daquelas ações que me leva para uma aproximação entre as ideias que acabei de apontar com as dos autores que tratam do tema de uma espécie de “retorno atualizado aos fluxos sociais outrora fraturados”; e são, pelo menos, quinhentos anos de fraturas e ocultamentos, desde 1492. Um “retorno atualizado” porquê nenhuma sorte de tradicionalismo ou culto ao passado (Quijano, 2014b; Segato, 2012) e que por isso, pelo contrário, pode ser pensado através de várias lentes contemporâneas: a de entramados comunitários, de Raquel Gutiérrez (2015), a de fluxo social da rebeldia, de Sergio Tischler (2011), a de fluxo social do fazer, de John Holloway (2002), a de sociabilidades emergentes, do Colectivo ACySE (2012), a de reprodução não capitalista da vida, de Eduardo Aguilar (2020), ou ainda, tal qual argumentei em minha tese de doutorado recentemente publicada (Oliveira, 2021), a de Autogoverno popular-comunitário.

Qualquer que seja das lentes acima mencionadas, reproduzir comunitariamente a vida, para ficar com Gutiérrez, significa reproduzir a vida desde outras referências que não as do sistema-mundo capitalista-colonial, nas quais tem lugar os Estados-nação e as democracias vigentes (Pineda, 2019). Esse velho-novo fluxo social, que aponta para a reprodução comunitária da vida, é um tipo de fluxo das relações sociais cotidianas, dos vínculos so-



coespaciais fortes (Souza, 2017) que religam as dimensões da vida separadas pelo sistema-mundo capitalista-colonial. Um tipo de fluxo social que, portanto, reconecta política, economia e cultura na totalidade da vida em comum (Oliveira, 2021).

Em um sem número de experiências localizadas nos espaços-tempo marginalizados pela forma-capital e pela forma-Estado, portanto, desenvolvendo-se nas suas margens, a separação entre economia e política poderá perder sentido. Por outro lado, no cotidiano daquelas referidas experiências economia e política se imbricam em um processo substantivo; é tudo uma coisa só. Inclui-se, desta forma, na já citada ideia de Autogoverno popular-comunitário (para ficar com meus termos) como forma de organização da vida em comum (como dimensão política da vida) uma das versões subalternas e contra-hegemônicas do que é específico do campo da economia, ou seja, a autogestão dos recursos materiais e do trabalho. O Autogoverno popular-comunitário seria, portanto, ao mesmo tempo um signo, um símbolo ideológico (um conjunto de ideias), e uma forma concreta de auto-organização substantiva da vida em comum; trazendo assim a economia de volta às discussões sobre movimentos sociais.

Pensar desde as perspectivas, já citadas, de condição subalterna latino-americana e dos movimentos subalternos latino-americanos, considerando a América Latina como unidade de análise e como sujeito político com capacidade transformadora (Falero, 2020), me parece uma opção tão possível quanto promissora. O que é certo é que pensar com estas referências de base latino-americana não significa qualquer tentativa de unificação, centralização ou hegemonização latino-americana dessas ou daquelas formas de ação dos movimentos e de organização da vida em comum e gestão dos recursos materiais e do trabalho, pelo contrário. "Nosotros no tenemos la respuesta, esta respuesta la va a dar la propia organización que tengan ustedes, todos estos espacios que generen ustedes. Lo que sí hay que replicar en todos lados es cómo trabajamos y generamos lo colectivo y lo común." (César, 2019, p. 160).

## **Reflexões finais**

Tentei, com a comunicação que vai terminando aqui, avançar, humildemente, nas discussões sobre os movimentos sociais desde uma perspectiva latino-americana. Que as reflexões sobre as questões econômicas ainda não resolvidas no Sul global foram secundarizadas pelas abordagens europeia e estadunidense de movimentos sociais, parece-me um fato. Essa foi, portanto, minha primeira motivação para escrever estas linhas. Por que as questões econômicas "sumiram" das discussões sobre transformação social e movimentos sociais a partir da década de 1960? Por que é necessário trazer a economia de volta para as discussões sobre movimentos sociais em contexto latino-americano?

Com reflexões ao redor de possíveis respostas, sempre abertas, nunca terminadas ou “verdadeiras”, tentei neste texto defender os argumentos de que a condição subalterna latino-americana, condição essa tanto econômica, quanto política e cultural, obriga o analista a considerar que as questões não resolvidas na América Latina empurram a análise, cedo ou tarde, às reflexões sobre política, cultura e economia, já que sem a última tais reflexões terminam insuficientes para compreender os processos sociais registrados na região. Uma vez considerada tal questão, ou seja, que a dimensão econômica também é parte da ação dos movimentos sociais na América Latina, arrisquei chamar de movimentos subalternos latino-americanos aquelas experiências de movimentos que se engajam em construções vinculadas ao cotidiano econômico, do trabalho e comunitário, mostrando que tais movimentos nem sempre registrarão interações diretas com o Estado, podendo fazê-lo apenas em situações estratégicas, conjunturais ou de urgências variadas.

Esse texto, mais do que qualquer outra coisa, é um convite. Um convite, sobretudo, à exploração da capacidade crítica latino-americana de, sem abandonar o que há de saber não colonial no Norte global, fazer avançar diagnósticos, análises e teorias mais ou menos próprias vislumbrando uma leitura mais fiel dos processos e questões abertas na América Latina. Este texto é um convite ao debate, às reflexões e às buscas por soluções fincadas na realidade da região para que no futuro, talvez distante, talvez não tanto, se possa falar de uma América Latina emancipada para o lugar da América Latina que persiste subalterna.

## Referências

- Abers, R. (1998). Do clientelismo à cooperação: governos locais, política participativa e organização da sociedade civil em Porto Alegre. [Trad. Alberto Lourenço] *Cadernos Ippur*.
- Abers, R., y Büllow, M. von. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias, Porto Alegre, Ano 13, No 28, Set./Dez.*, 52–84.
- Abers, R., Serafim, L., y Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), 325–357.
- Adamovsky, E. (Org.) (2011). *Pensar las autonomías: alternativas de emancipación al capital y el Estado*. México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.
- Aguilar, E. E. (2020). *Manifiesto por la reproducción no capitalista de la vida y los caminos para su construcción. Crítica a la Economía Social, Solidaria y del Sector Social de la Economía*. Tesis de Doctorado presentada al Posgrado en Economía Política del Desarrollo de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.
- Araújo, A. M. C. (2002). “Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil”. In: Araújo, Angela (Org.). *Do Corporativismo Ao Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1), 43–64.
- \_\_\_\_\_. (2012). Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. 18, Nº 2, Novembro*, 383–398.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 11, Brasília, Maio - Agosto*, 89–117.
- Bielschowsky, R. (2000). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – Uma resenha. In: Bielschowsky, R. (Org). *Cinquenta Anos de Pensamento Da CEPAL – Vol.1 e 2. Rio de Janeiro: Record*.
- Bringel, B., y Domingues, J. M. (2015). Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Caderno CRH*, 28(73), 59–76.

- Carlos, E. (2012). *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. Tese de Doutorado Apresentada Ao Doutorado Em Ciência Política Da FFLCH/USP.
- Carlos, E., Dowbor, M. W., y Albuquerque, M. do C. A. (2016). Os movimentos sociais afetam as políticas públicas? Respostas (não) encontradas nas principais abordagens. *Anais Do 10º Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte*.
- Cavalcante, I. C. de S. (2021). *Desarrollismo, neodesarrollismo y progresismo en Brasil: un análisis histórico-estructural de los pactos político-económicos*. Tesis de Doctorado presentada al Posgrado en Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma Metropolitana - Cuajimalpa.
- CEPAL. (2020). *Panorama Social de América Latina*. Disponible en: <[https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version\\_final\\_panorama\\_social\\_para\\_sala\\_prebisch-403-2021.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version_final_panorama_social_para_sala_prebisch-403-2021.pdf)> Acceso en: 22 diciembre 2021.
- César, S. (2019). "¡Organicémonos! Congreso Nacional Indígena (CNI) frente a las elecciones presidenciales en México". In: Makaran, Gaya; López, Pabel; Wahren, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.
- Colectivo ACySE (2012). "Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes: nociones en construcción". In: Chaguaceda, Armando; Brancalone, Cassio (Org.). *Sociabilidades Emergentes y Movilizaciones Sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- Dagnino, E., Olvera, A., y Panfichi, A. (2006). *Para otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Diani, M. (1992). The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40 (1).
- Dos Santos, T. (1973). *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes.
- Dowbor, M. W. (2012). *A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)*. Tese de Doutorado Apresentada Ao Doutorado Em Ciência Política Da FFLCH/USP.
- Dussel, E. (2004). "Transmodernidad e Interculturalidad: interpretación desde la Filosofía de la Liberación". In: Fornet-Betancourt, Raúl. *Crítica Intercultural de La Filosofía Latinoamericana Actual*. Madrid: Editorial Trotta.
- \_\_\_\_\_. (2006). *20 tesis de política*. México: Siglo XXI Centro de Cooperación Regional Para La Educación de Adultos En América Latina y El Caribe.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Materiales para una política de la liberación*. Madrid: Plaza y Valdés.
- \_\_\_\_\_. (2014). "Fortalecimiento del Estado desde el horizonte del postulado de la disolución del Estado". In: Gandarilla, José Guadalupe; Peralta, Rebeca (Comp.). *El Estado desde el horizonte histórico de Nuestra América*. México: UNAM.
- Esteva, G. (2019). "Caminos de autonomía bajo la tormenta". In: Makaran, Gaya; López, Pabel; Wahren, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.
- Falchetti, C. (2017). Da Institucionalização da Participação à Emergência do Autonomismo : Tendências recentes da ação coletiva no Brasil. *LASA - Congress of the Latin American Studies Association, Lima, Peru, April 29-May 1*.
- Falero, A. (2020). "América Latina: entre perspectiva de análisis y proyecto político". In: TORRES, Esteban (Ed.). *Hacia La Renovación de La Teoría Social Latinoamericana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Fedozzi, L. (1998). Esfera pública e cidadania: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. *Ensaíos FEE*, v. 19, n. 2, 236-271.
- Flórez-Flórez, J. (2007). "Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos: Las claves analíticas del proyecto modernidad/colonialidad". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago GROSFOGUEL, Ramón (Org.). *El Giro Decolonial: Reflexiones Para Una Diversidad Epistémica Más Allá Del Capitalismo Global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores.
- Fonseca, P. C. D. (2015). Desenvolvementismo: a construção do conceito. *Texto Para Discussão IPEA n.2103, Julho*.

- Furtado, C. (1965). Political obstacles to economic growth in Brazil. *International Affairs*, 41, 2: 252-266.
- García Linera, Á., Prada, R., Tapia, L., y Vega, O. (2010). *El Estado: campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gutierrez, K. A. (2015). *Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado*. Tese de Doutorado Apresentada Ao Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais Da Unicamp.
- Gutiérrez, R. (2015). *Horizonte Comunitario-Popular: antagonismo y producción de lo común en América Latina*. México, Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.
- Holloway, J. (2002). *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy*. Buenos Aires: Herramienta Ediciones.
- Katz, C. (2015). ¿Qué es el neo-desarrollismo? Una visión crítica. *Anuario de Estudios Políticos Latinoamericanos* (n. 2), Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 49-74.
- Las Casas, B. (1969). *De Regia Potestate o derecho de autodeterminación*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Lavalle, A. G., Carlos, E., Dowbor, M. W., y Szwako, J. (Orgs.) (2019). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Longa, F. (2019). ¿Cooptados o autónomos? Notas para revisar –y reorientar– los estudios entre movimientos sociales y Estado en la Argentina contemporánea. *Revista SAAP*, Vol. 13, N° 2, Noviembre, 257-282.
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, Clacso, LPP.
- Marx, K., y Engels, F. (1998). *A ideologia alemã*. [Trad. Luis de Castro e Costa] São Paulo: Martins Fontes.
- Miguel, L. F. (2017). Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova*, São Paulo, 100: 83-118.
- Modonesi, M. (2010). *Subalternidad, antagonismo, autonomía: Marxismo y subjetivación política*. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo Libros.
- Modonesi, M., y Iglesias, M. (2016). Perspectivas teóricas para el estudio de los movimientos sociopolíticos en América Latina: ¿cambio de época o década perdida? *De Raíz Diversa* Vol. 3, Núm. 5, Enero-Junio, Pp. 95-124.
- Moraes, A. (2020). *Experimentações baldias & paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Oliveira, G. M. de. (2019). Contexto democrático e interação Estado-movimentos sociais: para uma interpretação desde a autonomia. *Anais Do 43º Encontro Anual Da Anpocs, de 21 a 25 de Outubro de 2019, Em Caxambu - MG*.
- \_\_\_\_\_. (2021). “Caminhar perguntando”: para além, apesar ou com o Estado? *A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS.
- Oliveira, G. M. de, y dowbor, M. W. (2020a). Negar e construir a partir das ações de movimentos: três tipos de autonomias territoriais no México. *Polis, Revista Latinoamericana*, N° 56, p. 10-23.
- \_\_\_\_\_. (2020b). Dynamics of Autonomous Action in Social Movements: From Rejection to Construction. *Latin American Perspectives*, Issue 234, Vol. 47 No. 5, September, 49-61.
- Oliveira, G. M. de; Ferrarini, A. V.; Dowbor, M. W. (2022). “Hacer político” en el movimiento de economía solidaria de Brasil. *Revista Mexicana de Sociología*, no prelo.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pineda, C. E. (2019). “Comunidad, autonomía y emancipación”. In: Makaran, Gaya; López, Pabel; Wahren, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.

- Pires, R. R. (Org.). (2011). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: IPEA.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. Disponível Em: <<http://Pt.Scribd.Com/Doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 15 Abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, B. de S., y Avritzer, L. (2002). "Para ampliar o cânone democrático". In: Santos, Boaventura de S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Scherer-Warren, I., y Lüchmann, L. H. H. (2011). Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. *Política & Sociedade*, 10-Nº 18, 9–24.
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, 18, 106–131.
- Silva, E. (2009). *Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006*. Brasília: IPEA.
- Silva, M. K., y Oliveira, G. de L. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado- Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Ano 13, Nº 28, Set./Dez., 86–124.
- Souza, M. L. de. (2017). *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Tischler, S. (2011). "El quiebre de la subjetividad de la forma Estado y los movimientos de insubordinación". In: Adamovsky, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1º Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.
- Wallerstein, I. (2008). *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos*. México, Ciudad de México: Ed. Contrahistorias.
- Zibechi, R. (2003). Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. *OSAL Nº 9, Enero*, Clacso, Buenos Aires.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Fondo Lima: Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. México: Bajo Tierra.



Este es un artículo de acceso abierto bajo licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional